

ROYALTIES DE PETRÓLEO

Prejuízo com nova divisão será de 500 milhões ao ano

O valor representa a metade do que o Estado pode vir a arrecadar com as novas descobertas na camada do pré-sal

Fernando Mendes

Os prejuízos do Espírito Santo com a Emenda Simon, que foi aprovada pelo Senado e muda o modelo de divisão dos royalties de petróleo, podem chegar a R\$ 500 milhões ao ano. O valor representa a metade do que o Estado pode vir a arrecadar com as novas descobertas na camada do pré-sal — ou seja, cerca de R\$ 1 bilhão.

A previsão foi feita pelo secretário de Estado do Desenvolvimento, Márcio Félix. Mas ele assegura que a população não deve se preocupar neste momento com o possível corte de serviços.

“O Espírito Santo não é dependente de royalties e tem investido mais de R\$ 1 bilhão por ano. Temos condições de lidar com as perdas. Haverá impacto, mas não há desespero”, garantiu.

Félix argumentou, durante o Fórum de Debates Econômicos, que o Estado possui uma economia sólida e diversificada. Ele cita, como exemplo, os atuais investimentos da cadeia de petróleo que giram em torno de R\$ 4 bilhões anuais.

Se a mudança passasse a valer hoje, o secretário explica que a perda seria de 50%. Mas, com o aumento da produção no pré-sal, nos próximos cinco anos esse percentual poderia chegar a 75%.

“O prejuízo cresce conforme o aumento da produção”, explicou Félix, que está confiante no veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, caso a matéria passe também na Câmara dos Deputados.

O secretário ressaltou que o governo do Estado vai trabalhar pelo veto da proposta e por uma futura negociação. Ainda destacou o fato de acreditar que os royalties do futuro serão divididos de uma maneira diferente da atual.

Félix argumenta que há vários



MÁRCIO FÉLIX disse que há um conjunto de elementos que vão levar o presidente Lula a vetar o projeto

motivos para que a emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) não entre em vigor.

Uma delas é o peso eleitoral do estado do Rio de Janeiro, uma vez que este ano é de eleições. Também se leva em conta um contrato que o Espírito Santo tem com a União, que permitiu a antecipação dos royalties no início da gestão do governador Paulo Hartung (PMDB).

“Esse contrato também seria quebrado. Há um conjunto de elementos que vão levar ao veto e, então, voltaremos a como estamos”, acredita o secretário.

Segundo cálculos da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), o prejuízo das prefeituras capixabas podem chegar a R\$ 86,2 milhões em 2011, caso a Emenda Simon entre em vigor. Em 2009, a arrecadação das 78 cidades capixabas chegaram a R\$ 216 milhões.

Com a nova divisão, esse número cairia para R\$ 130 milhões.

ANÁLISE

“Um Estado que não respeita leis é pior do que um sem leis”

Antônio Marcus Machado, economista e professor



“O Brasil precisa cuidar melhor de si mesmo. Quando as coisas estão melhorando, como é o caso das descobertas de petróleo, logo vem alguém tumultuar e complicar a situação. No caso, alguns senadores.

A nossa Constituição está correta na proteção que garante aos estados produtores, ao recompensá-los devidamente.

Isso pode ser entendido nos artigos 20, parágrafo 1 e no artigo 61.

O cerne da questão está no Direito Constitucional, e não na desigualdade de receitas entre estados. Mas muitos políticos acrescentaram à ideia do vizinho rico e do morador pobre as bandeiras da fome e miséria

para obterem votos em suas campanhas eleitorais. Nesse caso, estados produtores e não produtores.

Uma lástima especialmente porque se realiza em período eleitoral, com uma rapidez que deixa marcas de oportunismos. Está correto o governador Hartung ao não entrar no mérito da perda de renda ou da desigualdade nacional, mas sim, na irracionalidade jurídica.

Um Estado que não respeita leis é pior do que um Estado sem leis — estes têm a atenuância da ignorância. Discutir a questão da desconcentração da renda se faz necessário, mas os royalties não são o melhor argumento. Políticas públicas, sim.”

A polêmica da divisão

Royalties do Pré-Sal

REGIME DE EXPLORAÇÃO

1 COMO É HOJE

Hoje, funciona o modelo de concessão: empresas disputam livremente o direito de exploração de petróleo num processo licitatório comandado pelo governo, e vence a disputa quem oferecer o maior lance

2 COMO DEVE FICAR

Foi aprovada a partilha: o óleo extraído será dividido entre a União e as empresas vencedoras dos leilões. A Petrobras será a operadora de todos os blocos contratados, sendo-lhe assegurada participação mínima de 30% nos consórcios formados

ROYALTIES*

Divisão atual

- > ESTADOS e municípios produtores **45%**
- > UNIÃO **40%**
- > TODOS os Estados e municípios **7,5%**
- > MUNICÍPIOS afetados** **7,5%**

* De áreas já em operação e a serem licitadas

** Municípios afetados por operações de embarque petrolífero

*** O cálculo levou em conta apenas a produção já em curso e os 28% das áreas de pré-sal licitadas pelo regime de concessão. Desconsiderou, portanto, os blocos de pré-sal que serão licitados pelo regime de partilha

Divisão proposta

- > UNIÃO **40%**
- > TODOS os Estados e municípios **52,5%**
- > MUNICÍPIOS afetados** **7,5%**

O que acontece agora

O projeto segue para a Câmara, que não pode incluir nada, apenas retirar itens na votação. Aprovado pelos deputados, irá para a sanção presidencial. Governistas apostam que Lula vai rejeitar a emenda e retomar a discussão só após as eleições.

SAIBA MAIS

O que são royalties?

- > SÃO UMA compensação financeira que as empresas do setor de petróleo e gás precisam pagar para explorar e produzir em uma determinada região.
- > DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA, estados e municípios produtores — além da União — têm direito à maioria absoluta dos royalties do petróleo.

Por que os royalties são pagos?

- > ELES FORAM criados para remunerar a sociedade pela exploração do petróleo e do gás natural, que são recursos escassos e não-renováveis

O que é participação especial?

- > QUANDO o volume de óleo em um campo é muito grande ou tem perspectivas de grande rentabilidade, paga-se a participação especial em vez do royalty (singular de royalties).

Fonte: Pesquisa A Tribuna.

Hartung acredita que ressarcimento não adianta

RIO

Embora a emenda do senador Pedro Simon (PMDB-RS) obrigue a União a ressarcir as perdas dos Estados e municípios produtores, o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, acredita que a solução não satisfaz os Estados.

“Essa solução, que acho que foi bem intencionada, do senador Simon, não resolve. A Lei Kandir é um exemplo. A União deveria compensar os Estados exportadores e não compensou. Compensa parcialmente, todo ano tem de ir lá discutir com o relator do orçamento. Essa experiência não é boa”, afirmou.

Para Hartung, ao mesmo tempo em que comprometeu a União com os produtores, Simon aumentou a brecha inconstitucional da emenda ao legislar sobre matéria orçamentária, facilitando a justificativa do veto.

Para ele, a Emenda Ibsen já tinha pelo menos outras duas violações à Constituição: exigência de tratamento diferenciado para Estados produtores na participação da renda do petróleo e quebra de contratos ao redistribuir royalties em campos já licitados.

O governador capixaba diz que é favorável à divisão da riqueza do petróleo com todo o País, desde que se avalie apenas o que ainda será explorado no pré-sal.

Pelas contas do governo capixaba, pela Emenda Ibsen-Simon o Espírito Santo perderá 75% do que arrecadaria no pré-sal.

“Essa solução, que acho que foi bem intencionada, não resolve. A Lei Kandir é um exemplo”

Paulo Hartung, governador do Estado

A110.793-2

ROYALTIES DE PETRÓLEO

Senadores estão
confiantes no veto

A bancada no Senado entrou em contato com o ministro e líder do governo na Câmara e está otimista com o veto do presidente Lula

Nathália Esteves

Os senadores capixabas estão confiantes no veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva à Emenda Simon, aprovada no Senado na madrugada da última quinta-feira, que trata sobre a distribuição dos royalties do pré-sal.

O senador Magno Malta (PR) afirmou que teve a garantia do ministro da Secretaria de Relações Institucionais, Alexandre Padilha, e também do colega Romero Jucá (PMDB-RR), líder do governo no Senado, de que a emenda não passa no governo.

“Hoje (ontem) eu falei com o Padilha e também com o Jucá, por telefone, e os dois garantiram que a proposta absurda que foi aprovada no Senado não vai à frente e que o Presidente vai vetar. Depois disso eu ganhei o dia e fiquei bem mais tranquilo”, comemorou.

Já para Gerson Camata (PMDB), a certeza do veto está associada à inconstitucionalidade da Emenda Simon.

“O ministro Padilha e até alguns juristas do Planalto já confirmaram as inconstitucionalidades do texto, logo não há como o Presidente não vetar”, concluiu.

O senador também não descartou a possibilidade de a emenda ser questionada na Justiça.

“Vamos esperar a decisão do Presidente, e caso não haja o veto ou caso o Senado o derrube, nós entraremos na Justiça com uma ação de inconstitucionalidade. Para isso, se for preciso, faremos uma audiência pública com os melhores juristas do País para mostrar todos os pontos ilegais”, adiantou.

Para Renato Casagrande (PSB), a única coisa que pode ser feita no momento é esperar a decisão do governo.

“A Câmara não tem o que articular mais, ou eles aprovam a emenda do Simon ou volta para o texto que foi aprovado na Casa. Agora nós temos que esperar a decisão do governo, pois ficou muito claro que a proposta é confusa e inconstitucional”, disse.

Pela proposta aprovada no Senado na madrugada da última quinta-feira, os royalties do pré-sal e dos atuais contratos de exploração de petróleo, que estão sob regime de concessão, seriam distribuídos entre todos os estados brasileiros, sem privilégio aos principais produtores, como o Espírito Santo e o estado do Rio de Janeiro.

Juntos, capixabas e fluminenses respondem por 90% da produção nacional.



PLENÁRIO DO SENADO, onde a Emenda Simon foi aprovada

O QUE OS SENADORES DISSERAM



“O ministro Alexandre Padilha e alguns juristas do Planalto já disseram que a emenda do Simon é inconstitucional”

GERSON CAMATA

“Eu estou confiante. Falei com o ministro Padilha e com o senador Romero Jucá, e os dois me garantiram que a proposta não vai à frente”

MAGNO MALTA



“Agora nós temos de esperar a decisão do governo federal, pois ficou muito claro que a proposta é confusa e inconstitucional”

RENATO CASAGRANDE



PAES: “Melhor mandar o Rio ao mar para afundar em um poço de petróleo”

Estados não produtores vão
ganhar pouco com mudança

RIO

Um estudo da Secretaria de estado da Fazenda do Rio de Janeiro mostra que os estados produtores deixarão de ganhar muito com o pré-sal, mas as outras unidades da Federação ganharão muito pouco com a redistribuição dos royalties pelo Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Para uma produção estimada de 653 milhões de barris no primeiro ano do pré-sal, só os cofres estaduais dos produtores perderão cerca de R\$ 2,3 bilhões.

Ainda de acordo com os cálculos da secretaria, já o Fundo de Participação dos Estados (FPE) terá uma receita extra de R\$ 1,97 bilhão por ano, um acréscimo de apenas 4,2% em relação ao que arrecada hoje para a divisão dos Estados.

Nos cálculos dos economistas fluminenses Sérgio Guimarães Ferreira e Natália Levy, a Bahia, por exemplo, receberá R\$ 185,5 milhões a mais por ano com a nova divisão do pré-sal, um reforço de menos de 5% em relação ao que o Estado recebeu em 2008 do FPE: R\$ 4,22 bilhões.

Outro exemplo é Pernambuco, que ficaria com R\$ 136,3 milhões dos royalties do pré-sal que seriam distribuídos pelo FPE, que destinou ao estado R\$ 3,2 bi em 2008. Os ganhos são ainda menores para estados com população menor, mas mais pobres, como Alagoas e Sergipe (R\$ 82,1 milhões cada), Piauí (R\$ 85,3 milhões) e Rio Grande do Norte (R\$ 82,5 milhões).

TRAGÉDIA

O prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, classificou na manhã de ontem a possibilidade da perda dos recursos de royalties por parte do estado do Rio como uma “tragédia”.

“É tão inusitado e tão sem sentido que não acredito que vá prosperar. Ou o Presidente vai vetar o projeto ou o caso terá de ser resolvido por meio de uma ação judicial”, ressaltou.

Paes afirmou que nem sequer cogita a possibilidade de o Rio ficar sem os recursos do petróleo.

“É melhor fechar a porta, e o Brasil mandar o estado do Rio para o mar para afundar dentro de um poço de petróleo.”

O CEP está na torcida por sua aprovação!

PROJETO **TRIBUNAIS**
PARA QUALQUER ÁREA DE FORMAÇÃO. NÍVEIS MÉDIO E SUPERIOR.

CEP VITÓRIA: 19/07/2010 (Matutino)
CEP VILA VELHA: 21/06/2010 (Matutino)
CEP VILA VELHA: 28/06/2010 (Noturno)

COM OPÇÃO PARA
PÓS-GRADUAÇÃO.

POLÍCIA FEDERAL

Turma Teórica Específica Turma de Resolução de Questões
CEP Vila Velha: 14/06/2010 (Noturno) CEP Vitória: 26/06/2010 (Sábados)
Carga Horária: 240 horas Carga Horária: 100 horas

CURSO BÁSICO VESPERTINO

Direito Administrativo, Direito Constitucional, Português, Raciocínio Lógico Matemático e Informática.
CEP Vitória: 26/07/2010 (Vespertino). Carga horária: 160 horas.

MÓDULOS ESPECIAIS

RACIOCÍNIO LÓGICO
CEP Vitória: 05/07/2010 (Vespertino)
CEP Vila Velha: Noturno

**DIREITO DO TRABALHO
PARA TRT'S E MPU**
CEP Vitória: 07/08/2010 (Sábados)

PORTUGUÊS
CEP Vitória: 17/07/2010 (Sábados)
CEP Vila Velha: 12/06/2010 (Sábados)

DIREITO ELEITORAL
CEP Vila Velha:
12/06/2010 (Sábados)

PARTICIPE GRATUITAMENTE DA AULA INAUGURAL
HOJE, ÀS 08h DA MANHÃ, NA SEDE DO
CEP VILA VELHA.

PARTICIPE GRATUITAMENTE DA AULA INAUGURAL
HOJE, ÀS 08h DA MANHÃ, NA SEDE DO
CEP VILA VELHA.

CEP Centro de
Evolução
Profissional
PREPARATÓRIO PARA CONCURSOS

VITÓRIA VILA VELHA
3325 2015 3349 0009

Visite nosso site: www.cepconcursos.com.br